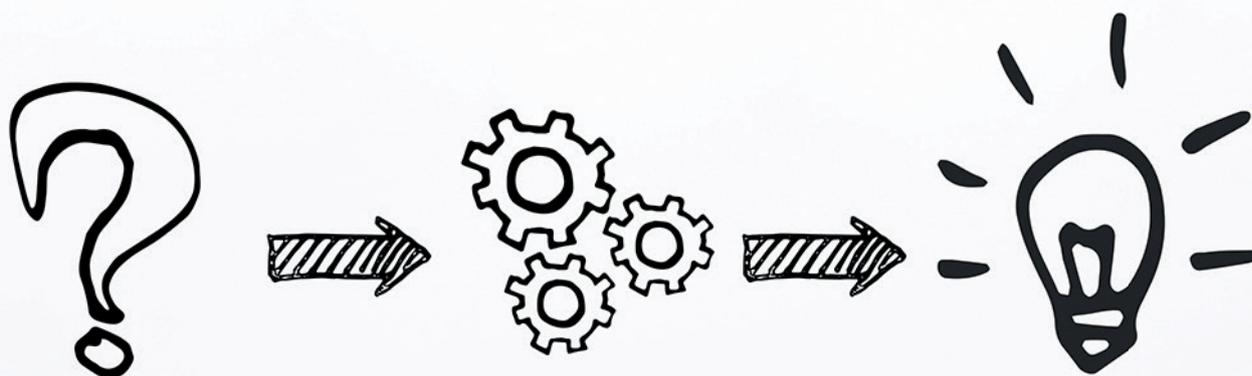


Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações

2

Gabriella de Menezes Baldão
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Gabriella de Menezes Baldão
(Organizadora)

Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

158 Inovação, gestão estratégica e controladoria nas organizações 2
[recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella de Menezes Baldão.
– Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Inovação, Gestão
Estratégica e Controladoria nas Organizações; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-70-3

DOI 10.22533/at.ed.703183110

1. Controladoria. 2. Planejamento estratégico. I. Baldão,
Gabriella de Menezes. III. Série.

CDD 658.151

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora. Em seu II volume, apresenta, em seus 22 capítulos, os novos conhecimentos para Administração na área de Estratégia.

A área temática de Estratégia engloba estudos de suma importância para o bom andamento de projetos e organizações, uma vez que compõe desde a base da organização (missão, visão, valores para a construção da cultura organizacional), até os meios pelos quais as metas serão atingidas e, caso não sejam, quais ferramentas utilizar a fim de buscar constante melhorias no processo.

Este volume dedicado à Administração traz artigos que tratam de temas que vão desde planejamento estratégico e ferramentas administrativas até a utilização de ferramentas da qualidade para melhorar o processo e prevenir futuros erros.

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata os recentes avanços científicos e tecnológicos nas áreas de Inovação e Gestão, os agradecimentos dos Organizadores e da Atena Editora.

Por fim, desejo que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de novas tecnologias para a área de Administração e, assim, garantir incremento quantitativos e qualitativos na produção de alimentos para as futuras gerações de forma sustentável.

Gabriella de Menezes Baldão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL NA LEI DAS COTAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL ORGANIZACIONAL	
Maria de Lurdes Costa Domingos Ana Cecilia Alvares Salis	
CAPÍTULO 2	15
A UTILIZAÇÃO DO <i>BALANCED SCORECARD</i> - BSC COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO EM UM FRIGORÍFICO DE PEIXES LOCALIZADO EM SORRISO-MT.	
Anderson Ricardo Silvestro	
CAPÍTULO 3	31
ANÁLISE DA INTERFERÊNCIA DO <i>SUPPLY CHAIN MANAGEMENT</i> NO MERCADO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	
Rodrigo Pozzer Centeno Paloma de Mattos Fagundes	
CAPÍTULO 4	47
ANÁLISE DE CENÁRIOS: UMA FERRAMENTA EFICAZ DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA EVENTOS ACADÊMICOS	
Leandro Dorneles dos Santos Edio Polacinski Jovani Patias Juliane de Freitas Battisti	
CAPÍTULO 5	65
APLICAÇÃO DA NBR ISO 9001:2015 COMO FERRAMENTA DE REAVALIAÇÃO DA EFICÁCIA NOS PROCESSOS DA QUALIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE DE UM HOSPITAL ESCOLA DO SUS	
Eder Júlio Rocha De Almeida Nathália Stephanie Costa Arthur Guimarães Gonçalves dos Santos Douglas De Freitas Tasende Maria do Socorro Pacheco Pena Tiziane Rogerio Madureira Júnia Cordeiro dos Santos Jussara Basílio de Souza	
CAPÍTULO 6	79
A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO REALIZADOS EM PEQUENAS CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL COMO PROMOTOR DO TURISMO CULTURAL	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Marcos Vinícios Machado Machado	
CAPÍTULO 7	96
A TEORIA DAS FILAS COMO FERRAMENTA DE APOIO PARA ANÁLISE DE UMA EMPRESA DE	

LAVA-RÁPIDO EM VOLTA REDONDA

Byanca Porto de Lima
Bruna Marta de Brito do Rego Medeiros
Camilla Mota Melo
Juliana Mattos Gonçalves Pinto
Sérgio Ricardo Bastos de Mello

CAPÍTULO 8 110

AVALIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MINÍMO NO PERÍODO DE 1994 – 2010

Juliana Ivaniski Sansonowicz
Liane Maria Panerai Gavioli
Marcos Vinícios Machado Machado

CAPÍTULO 9 127

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS QUE LEVARAM AO DESLIGAMENTO DE UM GRUPO DE BENEFICIÁRIOS

Diego Pretto
Reisoli Bender Filho

CAPÍTULO 10 144

CONTEXTO DO TRABALHO E ESTRESSE OCUPACIONAL: UM ESTUDO COM SERVIDORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Andressa Michels
Edilson Bacinello
Vinícius Costa da Silva Zonatto

CAPÍTULO 11 163

CONTROLE INTERNO NO TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO COMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS (COSO II)

Maria Izabella Silva de Sá
Cíntia Vanessa Monterio Germano Aquino
Clayton Robson Moreira da Silva

CAPÍTULO 12 178

ECONOMIA CIRCULAR: PERSPECTIVAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Camila Avosani Zago
Ana D'arc Maia Pinto
Katherine Restrepo Quintero
Luiz Henrique Avosani Zago

CAPÍTULO 13 189

ESTUDO SOBRE A IMPORTANTE INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE NO MOMENTO DE TOMAR UMA DECISÃO FINANCEIRA E SUAS FERRAMENTAS FUNDAMENTAIS

Angelo Cesar Tozi Christo,
Beatriz Fiorese,
Caroline Pereira Zagoto,
Denise Santos Lorenção,
Maria Ester Bueno,
Sandra Maria Pereira,

CAPÍTULO 14	200
IMPLEMENTAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DA QUALIDADE COMO MEDIDA ESTRATÉGICA DE OTIMIZAÇÃO DE RESULTADOS EM UM HOSPITAL PRIVADO DE BELO HORIZONTE	
Lilian Kelly Barbosa Lima Eder Júlio Rocha de Almeida Selme Silqueira de Matos Alexandre da Silveira Sete	
CAPÍTULO 15	211
LEI DE RESFRIAMENTO DE NEWTON: RESOLUÇÃO POR EDO E MÉTODO DE EULER	
Gabriela Duarte Bariviera Graziane Mariana Mumberger Lucas Arnold dos Santos Ângela Cristina de Melo Carlos Rezende de Pádua Junior Súzan Grazielle Benetti de Pádua	
CAPÍTULO 16	226
MENSURAÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE DOS CONTROLES GERENCIAIS PELO MÉTODO DE COBIT: UM ESTUDO APLICADO AOS PRODUTORES RURAIS DO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Anderson Ricardo Silvestro	
CAPÍTULO 17	242
O ENDIVIDAMENTO DE ESTUDANTES EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO	
Vanessa Piovesan Rossato Nelson Guilherme Machado Pinto	
CAPÍTULO 18	258
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO EMPRESARIAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ND BISCOITOS EM SANTIAGO-RS.	
Liane Maria Panerai Gavioli Berenice Beatriz Rossner Wbatuba Francine Minuzzi Gorsky Juliana Ivaniski Sansonowicz Lucas Urach Sudati	
CAPÍTULO 19	274
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS ESTRATÉGICAS NA ADMINISTRAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA DE SORVETES, COM FOCO NA GESTÃO DA QUALIDADE E PROCESSOS	
Graziele Cristina Ribeiro Lopes	
CAPÍTULO 20	292
PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR BRASILEIRO: DIAGNÓSTICO FRENTE AO CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO MUNDIAL ENTRE 1995 E 2015	
Alessandra Kimie Hiro Ana Paula Alves Bleck Duque Cristina de Carvalho Ares Elisei Luciana Tomé de Souza Castilho	

Paulo César Ribeiro Quinteiros
Sérgio Roberto Montoro
Mônica Borchart Nicolau
Fernando Gomes da Silva
Elizana Lorenzetti Treib
Valter André Treib
Eloisa Lorenzetti
Luciana Hazin Alencar

CAPÍTULO 21 315

SISTEMA DE INFORMAÇÃO COMO APOIO A CONTABILIDADE

Mônica Borchart Nicolau
Fernando Gomes da Silva
Elizana Lorenzetti Treib
Valter André Treib
Eloisa Lorenzetti
Luciana Hazin Alencar

CAPÍTULO 22 331

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Roberto Schuster Ajala
Anelise Sacks Schein
Luciana Scherer
Raquel Duzsinski Borghetti

SOBRE A ORGANIZADOR 351

A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO REALIZADOS EM PEQUENAS CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL COMO PROMOTOR DO TURISMO CULTURAL

Denise de Souza Saad

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria - RS

Danielle de Souza Saad

Faculdade Antonio Meneghetti
Restinga Seca - RS

Marcos Vinícios Machado Machado

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões
Santiago - RS

RESUMO: Turismo Cultural é uma atividade que permite ter consciência das diversas culturas, conhecendo o modo de ser e fazer de diferentes povos. O fenômeno da globalização, a internet e atualmente as redes sociais instiga no ser humano o desejo de viajar, possibilitando uma troca sociocultural. As cidades precisam utilizar os seus bens materiais e imateriais para estimular a curiosidade do futuro visitante. Para isso, é possível empregar o patrimônio edificado para este fim, entretanto, faz-se necessário que o este esteja preservado e ressignificado.

Assim, a proposta deste trabalho é o emprego do Inventário Arquitetônico, um dos instrumentos legais de proteção do patrimônio edificado, como indutor do turismo cultural. Quatro cidades do interior do Rio Grande do Sul tiveram suas edificações inventariadas, a saber Caçapava do Sul, Ijuí, Cruz Alta e Santo Cristo,

permitindo a divulgação de seus bens imóveis, despertando o interesse dos futuros visitantes, induzindo ao Turismo Cultural e promovendo a autoestima de seus cidadãos e proporcionando a geração de renda.

PALAVRAS – CHAVE: Turismo Cultural, Patrimônio Cultural, Inventário.

ABSTRACT: Cultural tourism is activities that enable to be aware of different cultures, and allow the tourist knows how different people are and do. The phenomenon of globalization, the Internet and social networks instigates the human desire to travel, enabling a socio-cultural change. Cities must use their tangible and intangible assets to stimulate the curiosity of the future visitor. Therefore, it is possible to employ their architectural heritage for this purpose; however, it is necessary that this be preserved and ressignified.

The aim of this article is the use of the Architectural Inventory, one of the legal instruments for the protection of Architectural Heritage, as a promoter of cultural tourism. Four cities in the states of Rio Grande do Sul had their inventoried buildings, namely Caçapava do Sul, Ijuí, Cruz Alta e Santo Cristo, allowing the disclosure of their real estate, attracting the interest of prospective visitors, leading to cultural tourism and promoting self-esteem of their citizens and providing the generation of

income.

KEYWORDS: Cultural Tourism, Cultural Heritage, Inventory.

1 | INTRODUÇÃO

O turismo estabelece-se como um fenômeno sociocultural de intenso valor simbólico para quem o pratica, onde há a comunicação entre seres humanos, entre as diversas culturas e o meio ambiente. Para que o turismo ocorra faz-se necessário demonstrar, através de ações de planejamento turístico sustentável, todas as disponibilidades de serviços existentes aos visitantes, tais como receptividade, hospedagem, informação turística, guias, serviço de atenção ao turista, estruturas de transporte e circulação, segurança, saúde, gastronomia, comércio, enfim todas as atividades disponíveis ao visitante e que devem articular o setor público e o privado. Para todos os atores envolvidos é necessário lembrar que a beleza do local é o primeiro impacto causado no visitante. Para tanto, os espaços devem estar bem preservados.

Para o desenvolvimento turístico regional há necessidade de um planejamento estratégico e integrado, onde deve haver as definições das ações que influenciarão o futuro. A implantação destas ações necessita de vontade política, contando com a participação da comunidade, isto é, iniciativa privada e governos, com uma sensibilização permanente dos partícipes. Destas ações públicas, que devem ocorrer em conjunto com a sociedade, a preservação de seu patrimônio arquitetônico é uma das principais.

Para o visitante, as edificações presente nas cidades, são os primeiros signos a serem observados e representa a História daquele local visitado. Há uma interação direta entre o turista e a população, através de seus prédios e espaços, permitindo conhecer a cultura do local. Assim, a preservação destes bens materiais permite manter a identidade e a memória dos seus cidadãos, e através de seu conhecimento, despertar um sentimento de pertencimento na sua comunidade e que será apresentado ao visitante.

O inventário é uma das formas de preservação e acatamento dos bens edificados e através dele, é possível perpetuar a História da comunidade, proporcionando um diferencial a ser consumido. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar os inventários realizados em algumas cidades do interior do Rio Grande do Sul e a possibilidade destes serem empregados como indutores do Turismo Sustentável.

2 | PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

A problemática abordada é a forma de utilização do instrumento promovido pela Constituição de 1988, o Inventário, como forma de preservação das edificações históricas e revitalização das cidades do interior do Rio Grande do Sul, através do

Turismo Cultural.

O objetivo do trabalho é realizar o Inventário Arquitetônico de algumas cidades do interior do Rio Grande do Sul, para que este possa ser utilizado como instrumento de gestão para o incentivo ao Turismo Cultural. Os objetivos específicos são promover a valorização do patrimônio edificado das cidades e divulgá-los através do Turismo Cultural.

3 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Turismo

Turismo, segundo a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas, é a atividade que pessoas realizam durante as viagens e sua permanência em lugares distintos daqueles em que vivem, por um período de tempo determinado, realizando atividades de lazer, negócios ou outra atividade qualquer (OMT, 2014).

A OMT (2008) estima que no ano de 2020 cerca de 1,6 bilhões de pessoas estejam viajando pelo mundo e no Brasil, já houve um aumento médio de 15% no faturamento deste setor mas, os roteiros brasileiros não têm capacidade de promoção suficientemente estruturada para atender o mercado interno e externo, sendo os maiores problemas a falta de material promocional de marketing e websites bilíngue (Diário Indústria, Comércio & Serviços, 2008).

O Portal Brasil informa que o faturamento médio das empresas do setor de turismo cresceu 11% em 2014, comparando com o mesmo período de 2013 (<http://www.brasil.gov.br/turismo/2014/09/empresas-de-turismo-registram-crescimento-de-11>). Entre os anos de 2003 e 2007, houve um crescimento de 22% nas atividades de turismo. O IBGE corrobora estes dados, afirmando que as atividades ligadas ao turismo representam 7,15% da economia nacional (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/publ_comp_ecotur.pdf).

Estas afirmativas demonstram que o turismo é um fenômeno de muita importância na sociedade, pois Beni (2003) indica que o turismo estabelece-se como um fenômeno sociocultural de intenso valor simbólico para quem o pratica. Nesta atividade há a comunicação entre seres humanos, as diversas culturas e o meio ambiente. A amplitude deste processo comunicacional do turismo não está somente vinculado à infra-estrutura e aos atrativos históricos e culturais. Para o turismo os conteúdos culturais, humanos, ambientais, antropológicos, políticos e sociais entremeiam a subjetividade que fazem parte da construção do imaginário de um local. Para a construção do imaginário de uma cidade turística é importante divulgar todos os fenômenos presentes em cada localidade.

Portanto, o desenvolvimento turístico regional decorre do planejamento estratégico e integrado, onde deve haver as definições de todas ações que terão influências no

futuro e proporcionaram que os objetivos pressupostos sejam atingidos. A implantação das ações necessita de vontade política, contando com a participação da comunidade, isto é, deve haver um arranjo entre a iniciativa pública e privada, proporcionando atingir todos as metas propostas.

Para o desenvolvimento do Turismo Cultural, sabe-se que a primeira tarefa para a gestão do patrimônio arquitetônico, além da restauração e da conservação, é a interpretação do sítio pelo público. Isto implica tanto um conhecimento aprofundado do bem, quanto à habilidade de refinar e comunicar elementos chave para a comunidade mais ampla, visitantes e moradores (GOODEY, 2005).

A preservação do patrimônio e o desenvolvimento das comunidades locais contribuem para a comunicação com o próprio morador e seus visitantes. Uma comunidade que não conhece a si mesma, dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio. Pois não basta apenas a existência de um diagnóstico apontando as potencialidades turísticas, ou ainda mais, os atrativos turísticos do local, mas sim um efetivo planejamento e uma boa interpretação do patrimônio, através de qualificação dos serviços ligados à estrutura receptiva.

Beni (2003) descreve que os atrativos histórico-culturais são manifestações sustentadas por elementos materiais que se apresentam sob a forma de bens móveis e imóveis. Murta (2005) ressalta que a interpretação deste patrimônio cumpre dupla função, pois valoriza a experiência do visitante pela melhor compreensão e apreciação do local visitado, além de valorizar o patrimônio, pois o incorpora como atração turística. Assim, um dos primeiros passos na direção da divulgação do Patrimônio Arquitetônico existente nas cidades é o seu conhecimento através do instrumento chamado Inventário.

3.2 Inventário Arquitetônico

O inventário é uma das mais antigas formas de proteção do patrimônio cultural em nível internacional. A Carta de Atenas de 1931, que tratava da proteção de monumentos culturais, já incentivava a publicação de inventários nacionais, com fotografias e informações das edificações inventariadas (MORAIS, 2013).

A UNESCO, em 1962, recomendou a seus países membros que realizassem inventários nacionais, embasados na cooperação internacional e na proteção do patrimônio mundial. Em 1975 a Declaração de Amsterdã que tratava do Patrimônio Europeu, indicava a realização de um inventário que iria fornecer a base realística para conservação dos espaços (LUCKOW, 2010).

No Brasil, ainda no período colonial, foram feitas as primeiras tentativas para cadastrar os bens com o inventário realizado nos prédios existentes em Recife e Maurícia, por Francisco Mesquita e o inventário das imagens da Virgem Maria e dos templos de diversos estados do nordeste, realizado pelo Frei Agostinho de Santa Maria (Luckow, 2010).

No Brasil República, os inventários são iniciados após a criação do SPHAN em 1936 e visavam fundamentar a inscrição dos bens nos livros de tomo. A tarefa é realizada enfrentando diversas dificuldades, nos finais de semana e pelos diretores regionais e auxiliares. A documentação para o SPHAN é recolhida no campo em arquivos públicos, privados e de irmandades religiosas. Os primeiros inventários de Arquitetura têm início pelos monumentos de Ouro Preto, Salvador e do antigo Distrito Federal, que foram realizados, respectivamente, pelo engenheiro Epaminondas Vieira Macedo, pelo poeta Godofredo Filho e pelo arquiteto Carlos de Azevedo Leão, que foi auxiliado pelo historiador Francisco Agenor de Noronha Santos (LUCKOW, 2010, MORAIS, 2013).

A constituição de 1988 consolida o inventário como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural no artigo 216, parágrafo primeiro: “§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Mello (2013) indica que no referido artigo da constituição preserva a memória plural, num processo participativo e democrático. No Rio Grande do Sul, a primeira iniciativa sobre inventário foi a Lei Estadual nº 10.116 de 1994, que abordou o inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural, disciplinando o seu regime jurídico, nos seguintes termos: “Art. 40 - Prédios, monumentos, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, antropológico, paleontológico, científico, de proteção ou preservação permanente, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, não poderão, no, todo ou em parte, ser demolidos, desfigurados ou modificados sem autorização.

§1º - Para identificação dos elementos a que se refere este artigo, os municípios, com o apoio e a orientação do Estado e da União, realizarão o inventário de seus bens culturais.

§2º - O plano diretor ou as diretrizes gerais de ocupação do território fixarão a volumetria das edificações localizadas na área de vizinhança ou ambiência dos elementos de proteção ou de preservação permanente, visando a sua integração com o entorno.

§3º - O Estado realizará o inventário dos bens culturais de interesse regional ou estadual” (LEI ESTADUAL Nº 10.116, 1994, ART. 40, §1º-3º).

Morais (2013) informa que o inventário ainda não tem lei regulamentadora que trate de seus procedimento e citando Souza Filho (1997) relata: “Agora reconhecido pela Constituição, o inventário é uma forma de proteção que carece de lei reguladora. Independente da lei os órgãos públicos responsáveis pela preservação dos valores culturais podem e devem promover o inventário dos bens, para ter uma fonte de conhecimento das referências de identidade de que fala a Constituição em vigor.

Uma lei que regulamente o inventário não necessita estabelecer o seu procedimento mas, os seus efeitos. É necessário estabelecer que consequências advirão para o bem incluído em inventário. [...] É evidente que a própria existência do inventário tem, como consequência, a preocupação sobre o bem e o reconhecimento de que ele é relevante. Desta forma, o inventário pode servir de prova nos processos de ação civil pública. Sua realização criteriosa estabelece a relação dos bens culturais portadores de referência de identidade, cujo efeito jurídico é, no mínimo, prova da necessidade de sua preservação, em juízo ou fora dele”. (SOUZA FILHO, 1997).

Em algumas cidades do Rio Grande do Sul não há nenhum tipo de proteção em sua legislação para preservação de seus edifícios históricos e em algumas vezes são tomadas atitudes contrárias a preservação. Inventário realizado na cidade de Estrela, por Schnack (2011) e apresentado no Mestrado em Patrimônio Cultural, informava que um dos vereadores municipais tinha dado entrada a um projeto de lei pedindo demolição de prédios antigos e abandonados para que fosse evitada a invasão dos mesmos, por população carente e marginalizada, onde pudesse ser consumida as mais diferentes tipos de drogas. Entretanto, vários prédios históricos, com valor histórico e cultural para o município, encontravam-se nesta situação, o que despertou uma rápida resposta à proposta do vereador.

Assim, embasado nas leis federais e estaduais e objetivando a preservação do patrimônio arquitetônico é proposto o inventário, que servirá de iniciativa para a gestão do Turismo Cultural em pequenas cidades do Rio Grande do Sul. Além disso, através do inventário realizado foram propostos outros instrumento de gestão destes bens, promovendo a sua divulgação, preservação e ressignificação.

4 | METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de caráter exploratório, tem como objeto as construções existentes em várias cidades do interior do Rio Grande do Sul. Esta estratégia de análise foi escolhida, pois considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, além de propiciar maior conhecimento sobre o problema, tornando-o mais explícito, pois são analisados os diferentes aspectos do objeto estudado (GIL, 1991).

A proposta metodológica divide o trabalho em etapas, que incluem a revisão bibliográfica para embasamento do trabalho, observação da edificação e coleta de dados, levantamento fotográfico e o levantamento físico (interno e externo) das edificações e preenchimento das fichas de Inventário, bem como proposta de instrumentos para sua divulgação.

5 | RESULTADOS E ANÁLISE

Inicialmente, as cidades inventariadas foram Caçapava do Sul, Ijuí, Cruz Alta e

informou sobre abertura de processo administrativo para levantamento, avaliação e limpeza do forte, entretanto estas atividades ainda não foram realizadas (CAMPOS, 2013).



Figura 2 – Vista Superior do Forte Dom Pedro II.

Fonte: Campos (2013)

Outro bem inventariado em Caçapava do Sul foi a Casa de Ulhôa Cintra (Figura 3), também conhecida como Casa dos Ministérios ou Casa de Reunião dos Farrapos. A casa tem 435 m², com data de construção entre 1800 e 1840. Inicialmente a casa pertenceu a José Pinheiro de Ulhôa Cintra, mas no período da Revolução Farroupilha, no período em que Caçapava foi a capital do República Rio-grandense, a casa abrigou os ministérios do governo (CAMPOS, 2013).

A edificação é térrea, com arquitetura colonial luso-brasileira. A sua fachada é assimétrica, apresentando um escudo em alto-relevo, provavelmente da família Cintra. A platibanda apresenta decoração em alto-relevo, as esquadrias tem verga com arco abatido e apresenta moldura na parte superior. As portas são em madeira com vidro, com duas folhas e postigo interno. As janelas também são em madeira e vidro, com duas folhas de abrir, com postigo interno. Atualmente a casa encontra-se em péssimo estado de conservação (CAMPOS, 2013).

A edificação foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE), em 24 de fevereiro de 1994, inscrito no livro Tombo nº. 76 pela Portaria nº. 54/94 (CAMPOS, 2013).



Figura 3 – Casa de Reunião dos Farrapos.

Fonte: Campos (2013)

Os exemplos anteriormente descritos demonstram que a cidade de Caçapava do Sul apresenta edificações que podem se tornar atrativo para seus visitantes, explorando a cultura da cidade e região. Além disso, a cidade oferece locais para turismo ecológico, científico e de aventura.

O segundo exemplo apresentado é o Inventário Arquitetônico da cidade de Ijuí.

Ijuhy foi o nome dado pelos indígenas guaranis ao rio localizado no município, cujo significado é “Rio das rãs”. Ijuí, fundada em 19 de outubro de 1890, foi uma das últimas áreas disponíveis para ocupação no Rio Grande do Sul. Para esta região foram enviados imigrantes recém chegados da Europa e excedentes de outras colônias como Caxias do Sul e São Leopoldo, dentre eles portugueses, alemães, teuto-russos, poloneses, italianos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses, espanhóis, entre outros, perfazendo um total de 18 etnias (MELLO, 2013).

A Figura 4 apresenta a planta de situação das 20 edificações inventariadas e três delas serão apresentadas.



Figura 4 – Planta de situação dos bens inventariados em Ijuí.

Fonte: Mello (2013)

O prédio da Comissão de Terras e Colonização (Figura 5) data de 1903, foi uma das edificações mais antigas de Ijuí e a partir de 1912 passou a abrigar a Intendência

Municipal. O prédio apresenta volume prismático e o coroamento da edificação recebe frisos retos e balaústres (MELLO, 2013).



Figura 5 - Prédio da Comissão de Terras e Colonização.

Fonte: Mello (2013)

O segundo prédio apresentado é o Tiro de Guerra (Figura 6), fundado em 1917 pelo Coronel Dico. É uma edificação com função militar e apresenta semelhança com uma fortificação. O coroamento é em platibanda estilizando ameias dos castelos medievais. Observa-se que o parapeito apresenta recortes regulares para a colocação de peças de artilharia (MELLO, 2013). Este prédio é tombado pelo município e apresenta um bom estado de conservação.



Figura 6 - Prédio do Tiro de Guerra.

Fonte: Mello (2013)

A Figura 7 apresenta a Igreja Luterana de Ijuí, construída de 1903 a 1914, em estilo neogótico. A edificação, em alvenaria com planta cruciforme, apresenta junto a porta principal o campanário, com uma cruz no topo (MELLO, 2013) e encontra-se em bom estado de conservação.



Figura 7 – Fachada da Igreja Luterana de Ijuí.

Fonte: Mello (2013)

Várias outras edificações foram inventariadas e através dela foi proposto um guia para divulgação dos bens imóveis inventariados.

Outra cidade inventariada é a cidade de Cruz Alta. Esta cidade está localizada na região noroeste do estado e teve sua colonização no século XVII a partir da fundação da redução de Santa Tereza pelos jesuítas espanhóis, entretanto, a redução foi destruída pelos bandeirantes paulistas na busca de mão-de-obra escrava (MOREIRA, 2014). Moreira (2014) citando Castro (2003) informa que o nome dado a cidade, Cruz Alta, teria origem na existência de uma cruz de madeira, construída pelos jesuítas, localizada a aproximadamente duas léguas ao sul da atual cidade.

Cruz Alta tem importância nacional, pois na cidade nasceu e viveu o escritor Érico Veríssimo e o artista plástico internacional Saint Clair Cemin.

Como descrito anteriormente foram inventariadas 25 edificações e aqui serão apresentadas 3 delas. A Figura 8 apresenta a planta de situação dos bens.

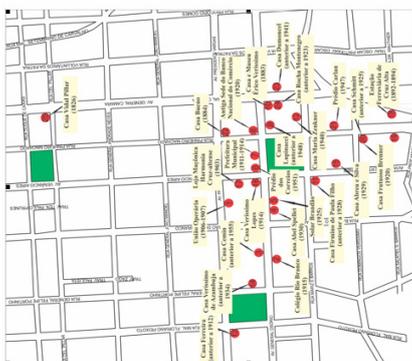


Figura 8 – Planta de situação dos bens inventariados em Ijuí.

Fonte: Moreira (2014)

A figura 9 apresenta o prédio da Prefeitura Municipal de Cruz Alta. O prédio foi construído entre os anos de 1911 e 1914 com o objetivo de abrigar a Intendência Municipal de Cruz Alta. O projeto arquitetônico é atribuído ao famoso Arquiteto Theodor Wiedersphan e construído pelo engenheiro Rudolph Ahrons. O prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, através da Portaria 08/84 de 01.08.84, sob o processo nº 03.957-19.00-SEC/84, Incrito no livro de Tombo no nº 24 - Livro Tombo Histórico. (MOREIRA, 2013).

O prédio apresenta características do período Eclético, apresentando sua fachada várias ornamentações, o que demonstra a imponência do mesmo.



Figura 9 – Fachada da Prefeitura Municipal de Cruz Alta, prédio tombado pelo IPHAE.

Fonte: Moreira (2014)

Érico Veríssimo um escritor gaúcho reconhecido nacionalmente, nasceu e viveu na cidade de Cruz Alta. A sua casa, que é atualmente um museu (figura 10) foi construída por seu avô Francklin Veríssimo em 1883. O prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado do Rio Grande do Sul através da Portaria 07/84 de 01.08, sob o processo nº 03.956-19.00/84, Inscrito no livro de Tombo no nº 23 - Livro Tombo Histórico. (MOREIRA, 2014).



Figura 10 – Fachada da Casa e Museu Érico Veríssimo.

Fonte: Moreira (2014)

O prédio apresenta estrutura em pedra aparente, dando um aspecto maciço a edificação, e as fachadas apresentam-se no estilo Eclético, com inúmeros ornamentos. Pode-se citar as portas-janelas com balcões e coroamento com desenhos esculpidos. A platibanda é ricamente adornada e a entrada da edificação construída em arco. O prédio encontra-se em bom estado de conservação (MOREIRA, 2014).

Outro prédio inventariado é a Casa Cemin (Figura 11). Esta residência foi construída nos anos 20 do século passado. Sua importância é devido ao escultor brasileiro, de renome internacional, Saint Clair Cemin, que nela residiu (MOREIRA, 2014)

A edificação, apesar de seu acesso lateral, apresenta simetria na fachada principal, com a presença de grandes janelas com balcões e colunas nas duas laterais. A platibanda balaustrada, apresenta inúmeros ornamentos, com pequenos vasos (MOREIRA, 2014).



Figura 11 – Fachada da Casa Cemin.

Fonte: Moreira (2014)

Além dessas edificações, foram inventariadas mais 22 edificações e pode-se citar o prédio da União Operária de Cruz Alta, Colégio Rio Branco e a antiga sede do Banco Nacional do Comércio, entre outras (MOREIRA, 2014).

Nestas três cidades, todas as edificações inventariadas eram da zona urbana. Outra cidade do interior do Rio Grande do Sul, que teve seu patrimônio inventariado, foi a cidade de Santo Cristo, e as edificações inventariadas encontram-se todas da zona rural. Este trabalho foi elaborado para sua preservação e evitando o desaparecimento destas, bem como, visando uma futura proposta de rota turística para conhecimento deste tipo de edificação.

A colonização de Santo Cristo teve início em 1910, ano que a companhia Rio-grandense sediada em Porto Alegre iniciou a medição de terras na fronteira noroeste do Rio Grande do Sul. A gleba conhecida como colônia Boa Vista, pertencia ao Município de Santo Ângelo e Santo Cristo era sua sede (DIEL, 2015). O nome do município, segundo o IBGE (2014) indica ser devido a religiosidade de seu povo.

A figura 12 apresenta as doze edificações inventariadas da zona rural do município de Santo Cristo. No mapa estão demarcados os lotes onde estão implantadas as

residências, bem como sua imagem fotográfica.



Figura 12 – Planta de situação e edificações inventariadas em Santo Cristo.

Fonte: Diel (2015)

Como exemplo das edificações enxaimel preservadas através do Inventário, pode-se cita a Residência Kreutz (Figura 13). A residência foi construída em 1914 com a técnica em enxaimel. O corpo principal, que é composto por um retângulo, tem nas arestas pilares de madeira, encaixados nos vértices. Sua cobertura é em duas águas e as divisórias internas são de madeira. O contraventamento do sistema construtivo, característica do enxaimel, foi feito na forma escora e pode ser visualizado pelo contraste cromático proporcionado pela coloração escura para a estrutura e o fechamento de alvenaria com coloração clara.

A edificação encontra-se em bom estado de conservação.



Figura 13 – Fachada da Residência Kreutz.

Fonte: Diel (2015)

Outro exemplo de edificação enxaimel inventariada é a Residência Weber (Figura 14), construída em 1932, tem como corpo principal um retângulo cujas arestas é formada por pilares de madeira, encaixados nos vértices. O contraventamento do sistema é feito com peças na forma de escora e pode ser reconhecido pela cor escura, que é realçada das paredes. A residência apresenta um bom estado de conservação.



Figura 14 – Fachada da Residência Weber.

Fonte: Diel (2015)

Visando divulgar as edificações em enxaimel, Diel (2015) faz a proposta de um jogo de memória (Figura 15) e para tanto emprega as edificações utilizadas, descrevendo na carta do jogo, as informações sobre a edificação.



Figura 15 – Na esquerda o jogo de memória, na direita a carta do jogo de memória com a edificação em um dos lados.

Fonte: Diel (2015)

Outras possibilidades de divulgação o patrimônio histórico cultural das cidades, embasados nos inventários, é através de blogs, sites, bem como postais, cartilhas, calendários, e outros souvenirs que poderão ser comercializados, gerando renda, divulgando o patrimônio ao visitante e auxiliando a preservação do patrimônio arquitetônico existente na cidade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o turismo sustentável é uma das atividades econômicas que devem ser incentivadas, pois há a possibilidade de gerar emprego e renda através economia criativa responsável, sem agredir o meio ambiente.

Várias cidades do Rio Grande do Sul apresentam considerável potencial para o desenvolvimento neste setor, entretanto, poucas ainda estão preparadas e vislumbram essa atividade como geradora de recursos. Cidades como Gramado e Canela investem maciçamente no turismo com viés cultural e gastronômico e, atualmente são os principais destinos turísticos do Rio Grande do Sul e até mesmo do Brasil.

Vislumbrando a possibilidade de outras localidades também empregarem esta atividade para seu desenvolvimento, este artigo propôs que através do inventário do patrimônio edificado das cidades, esse possa ser empregado como indutor do turismo cultural.

REFERÊNCIAS

BENI, M C. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2003.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

DIÁRIO COMÉRCIO, INDÚSTRIA & SERVIÇOS. **Desenvolvimento do Turismo Precisa de Ações de Marketing**. 20 jun. 2008 <http://www.dci.com.br/economia/desenvolvimento-do-turismo-precisa-de-acoes-de-marketing-id150124.html>. Acesso em 14 de março de 2014.

DIEL, R. A. **O Inventário do Patrimônio Arquitetônico Enxaimel da área rural de Santo Cristo**. Santa Maria: PPGPPC. 2015. 132 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

GOODEY, B. Turismo Cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, S. M. & ALBANO, C. (Orgs). **Interpretar o patrimônio um exercício do olhar**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2005, p. 136-138.

<https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/staticunwto/Statistics/Glossary+of+terms.pdf>

<http://www.brasil.gov.br/turismo/2014/09/empresas-de-turismo-registram-crescimento-de-11>

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/publ_comp_ecotur.pdf Acesso em 20 de junho de 2014.

LEI ESTADUAL Nº 10.116, 1994, ART. 40, §1º-3º. <https://www.mprs.mp.br/urbanistico/legislacao/id704.htm>.

. B. **Arquitetura Urbana e Inventário: São Lourenço do Sul. RS**. Pelotas: UFPEL. 2010

MELLO, C. R. de C. **Levantamento e Identificação do Patrimônio Arquitetônico Urbano de Ijuí construído entre os anos de 1890 e 1960**. Santa Maria: PPGPPC. 2013. 205 p.

MORAIS, M. C. **Inventário Urbano de Caçapava do Sul: Patrimônio de Valor Arquitetônico, Histórico e Cultural**. Santa Maria: PPGPPC. 2013. 139 p.

MOREIRA, P. C. **O Inventário do Patrimônio Arquitetônico das onas de entorno dos bens tombados de Cruz Alta-RS**. Santa Maria: PPGPPC. 2014. 166 p.

MURTA, S. M. & ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SOUZA FILHO, C. F. M. **Bens Culturais e Proteção Jurídica**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-70-3

